

**Senhores acionistas**, em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração da MCM Cimentos S.A. ("Companhia") referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**Considerações Gerais sobre a Companhia:** A Companhia foi constituída em fevereiro de 2010 e tem como objeto social administrar participações societárias em outras sociedades que explorem e prospectem minas de calcário, bem como industrializem e comercializem cimento e seus derivados. Desde sua constituição até a data deste relatório, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Por esta razão, a Companhia não possui ainda produtos ou serviços oferecidos ao mercado. A Companhia ainda não iniciou suas atividades e ainda não detém qualquer participação societária em outras empresas. Também não emitiu valores mobiliários,

além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social. Em observância ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que: (I) a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") não presta quaisquer outros serviços à Companhia além dos serviços de auditoria externa e (II) partes relacionadas com a KPMG, conforme definido na referida Instrução CVM nº 381/03, não prestam qualquer serviço à Companhia. A KPMG também presta serviços de auditoria externa para a Steel do Brasil Participações S.A. ("Steel do Brasil") e Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A., Companhias controladas pela Metropolis Capital Markets GmbH, acionista controlador da Companhia. Além dos trabalhos de auditoria externa, a Steel do Brasil contratou a KPMG Transaction and Forensic Services Ltda. para realização de *due diligence* relacionada ao

processo de aquisição de participação da MHAG Serviços e Mineração S.A. ("MHAG"). Tais serviços foram contratados em 28 de dezembro de 2009 e já foram encerrados. Pelos referidos serviços, a Steel do Brasil pagou à KPMG Transaction and Forensic Services Ltda. honorários no valor de R\$ 97.427,48 (noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e oito centavos), o que representa 136,5% em relação aos serviços de auditoria externa prestados à Steel do Brasil e 175,23% em relação aos serviços de auditoria externa que foram prestados à Companhia no exercício social de 2010. A Companhia e a KPMG não consideram que a contratação dos serviços acima mencionados pela Steel do Brasil represente conflito de interesse. A KPMG possui política para evitar a ocorrência de conflitos de interesse e perda de independência. A KPMG dispõe de aplicativo que possibilita que uma equipe de trabalho e

o sócio responsável pelo contrato de auditoria analisem, aprovem e verifiquem as relações de serviço da KPMG com entidades empresárias. A KPMG também dispõe de aplicativo de rastreamento de Observância de Independência, com o qual monitora os investimentos e outros interesses financeiros da KPMG, bem como investimentos pessoais de sócios, diretores e gerentes os quais poderiam comprometer a independência. Possui também sistema de checagem de conflitos, que se baseia em banco de dados de conflitos, que contém informações atualizadas sobre relações correntes e identifica aquelas proibidas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011

Flávio Luque Bastos

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2010 (Em Reais)			
Ativo	Nota	Passivo	Nota
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	6	Impostos, taxas e contribuições	243
Despesas antecipadas	7	<b>Não circulante</b>	214.282
<b>Não circulante</b>		Dívidas com pessoas ligadas	9
Empréstimos a receber	8	<b>Patrimônio líquido</b>	(183.790)
<b>Total do ativo</b>	<b>30.735</b>	Capital subscrito	10
		Prejuízos acumulados	(183.890)
		<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>30.735</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 18 de fevereiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 (Em Reais)				
	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 18 de fevereiro de 2010</b>	100	(100)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	(183.890)	(183.890)
Integralização de capital	-	100	-	100
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>(183.890)</b>	<b>(183.790)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - Período de 18 de fevereiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A MCM Cimentos S.A. ("MCM ou Companhia") foi constituída em 18 de fevereiro de 2010 e tem por objeto social a administração de participações em outras sociedades que explorem e prospectem minas de calcário, bem como industrializem e comercializem cimento e seus derivados. Desde sua constituição até a data deste relatório a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Por esta razão, a Companhia não possui ainda produtos ou serviços oferecidos ao mercado. A Companhia ainda não iniciou suas atividades e ainda não detém qualquer participação societária em outras empresas. Também não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social. O efetivo início das operações, seu posterior desenvolvimento e a obtenção de lucros e fluxos de caixa positivos, dependem de diversos fatores, incluindo, entre outros: (a) a obtenção de recursos, seja por meio de aumento de capital proveniente de emissão de ações ou por outra forma de captação; (b) a estruturação de equipe gerencial; e (c) a identificação de oportunidades nas áreas de interesse da Companhia. O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Steel do Brasil Participações S.A. e da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A., todas em fase pré-operacional. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2010. Conseqüentemente as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB ("International Accounting Standards Board - IASB") e aprovado pelo CPC. O CPC 22 - Informações por segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("chief operating decision maker"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A definição de segmentos depende do efetivo início das operações conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é idêntico ao resultado abrangente. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Sr. Flávio Luque Bastos em 21 de janeiro de 2011. **3. Práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por saldos em conta corrente bancária. **c) Despesas antecipadas:** São demonstradas pelos valores pagos antecipadamente, sendo apropriadas ao resultado em conformidade com o prazo de vigência do contrato de locação de imóvel e prestação de serviços. **d) Ativo circulante e não circulante:** São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **e) Passivo circulante e não circulante:** São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **f) Moeda funcional:** A moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534. **g) Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando-se o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **h) Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação,

incluindo o método de fluxo de caixa descontado. **i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **4. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** A Companhia foi constituída em 18 de fevereiro de 2010 e a Administração optou desde o início de suas operações por elaborar as demonstrações financeiras considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o "International Financial Reporting Standard-IFRS". **5. Gerenciamento de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Companhia tem linha de crédito aberta com o seu controlador do exterior, onde é utilizada a medida em que se verifica necessidade de caixa. **6. Caixa e equivalentes de caixa:** Refere-se ao saldo em conta corrente junto ao HSBC Bank Brasil S.A., no montante de R\$ 13.537,7. **7. Despesas antecipadas:** Referem-se ao saldo de R\$ 1.617 pago antecipadamente à Regus do Brasil Ltda. para garantia de locação de sala comercial e prestação de serviços em períodos subsequentes. **8. Empréstimos a receber:** Em 16 de setembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de mútuo em favor de Brazil Tony Gonçalves Santos, administrador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda. (atual denominação da Minas do Brasil Participações Ltda.), empresa controlada pela Metropolis Capital Markets GmbH (mesmo controlador da Companhia), por meio do qual foi aberta uma linha de crédito no valor de até R\$ 50.000, com o objetivo de adiantar numerário ao mesmo nos trabalhos de representação das Companhias. Sobre o valor do principal incidirão juros à taxa de 6% ao ano. Os juros serão calculados "pro rata temporis", conforme o número de dias transcorridos entre a data de cada desembolso e a data de seu efetivo pagamento. O vencimento, tanto do principal quanto dos juros, dar-se-á em 2 anos da data do empréstimo. Até 31 de dezembro de 2010, o total disponibilizado ao devedor era de R\$ 15.581 e não havia provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa. **9. Dívidas com pessoas ligadas:** Tratam-se de recursos recebidos referentes ao contrato de mútuo celebrado em 17 de junho de 2010 com a Metropolis Capital Markets GmbH (controlador da Companhia), por meio do qual foi aberta linha de crédito no valor de até US\$ 300.000 que poderá ser sacado em uma ou mais parcelas. Sobre o valor do principal incidirão juros à taxa de 6% ao ano. Os juros serão calculados "pro rata temporis", conforme o número de dias transcorridos entre a data de cada desembolso e a data de seu efetivo pagamento. O vencimento, tanto do principal quanto dos juros, dar-se-á em 2 anos da data do empréstimo. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia havia utilizado o valor de US\$ 125.497 da referida linha de crédito. Tal montante, somado ao valor dos tributos aplicáveis e aos juros incorridos, corresponde a R\$ 214.282 (US\$ 128.605) em 31 de dezembro de 2010. **10. Patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto):** **a) Capital social:** Em 18 de fevereiro de 2010 foi aprovada a constituição da Companhia, cujo capital social aprovado foi de R\$ 100, dividido em 100 ações ordinárias e sem valor nominal. Em 13 de março de 2010 foi integralizado o total de 10 ações ordinárias da Companhia ao preço unitário de emissão de R\$ 1, totalizando uma integralização de R\$ 10. Em 10 de dezembro de 2010 foi integralizado o total de 90 ações ordinárias da Companhia ao preço unitário de emissão de R\$ 1, totalizando uma integralização de R\$ 90. Em 31 de dezembro de 2010 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 100 e está representado por 100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Companhia poderá ter seu capital aumentado, por deliberação do Conselho de Administração, até o valor de R\$ 300.000.000, mediante a emissão de ações ordinárias. **b) Reserva de lucros:** A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. **c) Dividendos:** O Conselho de Administração está autorizado a: (I) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (II) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembléia Geral, constituída as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação

Demonstração do resultado - Período de 18 de fevereiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 (Em Reais)		
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	(190.879)	
Pró-labore da diretoria	(9.500)	
Encargos sociais	(1.900)	
Serviços de terceiros	(90.444)	
Outras despesas administrativas	(35.335)	
Outros impostos e taxas	(53.700)	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>6.989</b>	
<b>Receitas financeiras</b>	<b>15.162</b>	
Variações cambiais ativas	15.160	
Juros ativos	2	
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.173)</b>	
Juros passivos	(5.418)	
Variações cambiais passivas	(2.755)	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(183.890)</b>	
Resultado básico por ação - Em R\$	(13.135)	
Quantidade de ações	100	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades **11. Instrumentos financeiros:** **a) Considerações Gerais:** A Companhia mantém instrumentos financeiros contabilizados em caixa e equivalentes de caixa, empréstimos a receber e empréstimos a pagar, cujos valores justos não são significativamente diferentes daqueles contabilizados. **b) Valor justo:** Caixa e equivalentes de caixa: os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento de curto prazo desses instrumentos. Empréstimos a receber foram classificados como "empréstimos e recebíveis". Empréstimos a pagar são contabilizados pelo custo amortizado. A mensuração do valor justo é derivada de cálculos tomando como base Taxas Referenciais da BM&F DI com posição em 31 de dezembro de 2010.

**Divulgação valor contábil e valor justo:**

Saldos em 31 de dezembro de 2010			
	Valor contábil	Valor justo	
Empréstimos a pagar	214.282	217.057	
Empréstimos a receber	15.581	16.380	
Hierarquias de valor justo:			
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Empréstimos a pagar	-	217.057	-
Empréstimos a receber	-	16.380	-

**c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados:** Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. **d) Análise de sensibilidade:** A Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em Nota Explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa cambial sobre seus passivos em moedas estrangeiras e taxa de juros sobre ativos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade a qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2010, foram definidos 3 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculado o respectivo efeito em função do deslocamento de 1%, 25% e 50% em relação aos indexadores das operações.

Operação	Valor em R\$ 31/12/2010	Nota Risco Cenário Cenário				
		expli- cativa	I	II	III	
			1%	25%	50%	
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	(214.282)	9	Cambial	(2.143)	(53.571)	(107.141)
<b>12. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Companhia tem como política não efetuar aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos. No período de 18 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2010, não existiam operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto. <b>13. Remuneração dos Administradores:</b> No período de 18 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía empregados. Neste período a gestão da Companhia foi feita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria. No mesmo período foi pago o valor de R\$ 9.500 aos membros do Conselho de Administração e Diretoria. A remuneração global dos administradores da Companhia autorizada pelos acionistas é de R\$ 1.000.000 anuais, incluindo, além dos honorários mensais, as vantagens ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos aos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia. Nenhum dos membros da Administração recebeu qualquer remuneração baseada em ações. <b>14. Contingências:</b> Não há qualquer tipo de contingência contabilizada. <b>15. demonstrações financeiras da Companhia, haja vista não haver nenhum litígio em andamento o quaisquer riscos que sejam relevantes e que necessitem de provisão contábil.</b>						

Demonstração do fluxo de caixa - Período de 18 de fevereiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 (Em Reais)		
	Nota	
<b>Caixa gerado nas operações</b>		(190.877)
Resultado líquido do exercício		(183.890)
Despesas de juros		5.418
Variações cambiais líquidas		(12.405)
<b>Varição de ativos e passivos</b>		<b>(1.374)</b>
Despesas antecipadas		(1.617)
Impostos, taxas e contribuições		243
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(192.251)</b>
Concessão de empréstimos	8	(15.581)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(15.581)</b>
Integralização de capital		100
Recebimento de empréstimos de pessoas ligadas	9	221.269
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>221.369</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa</b>		<b>13.537</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período		-
Caixa e equivalente de caixa no final do período		13.537
<b>Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa</b>		<b>13.537</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Demonstração do valor adicionado - Período de 18 de fevereiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 (Em Reais)**

Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados por terceiros		(90.444)
Outras despesas administrativas		(31.353)
<b>Valor adicionado produzido</b>		<b>(121.797)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>12.407</b>
Receitas financeiras		15.162
Despesas financeiras		(2.755)
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>(109.390)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Remuneração direta		9.500
Impostos federais		55.600
Juros		5.418
Aluguéis		3.982
Resultado líquido do período		(183.890)
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>(109.390)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

**15. Partes relacionadas:** **a) Considerações:** As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado (Nota Explicativa nº 8 e 9) e concessão de benefícios para o pessoal-chave da administração (Nota Explicativa nº 13). **b) Controlador e pessoal-chave:** O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Steel do Brasil Participações S.A. e da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A., todas em fase pré-operacional. O pessoal-chave da administração da Companhia são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade. **c) Transações entre partes relacionadas:** Os montantes referentes às transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo: **2010**  
Empréstimos a receber de partes relacionadas 15.581  
Empréstimos com a controladora 214.282  
Benefícios de curto prazo 9.500  
**16. Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do resultado líquido por ação:  
**Resultado básico por ação** 31/12/2010 (183.890)  
Média ponderada de ações ordinárias (em unidade) 14  
**Resultado básico por ação** (13.135,00)  
Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. **17. Eventos subsequentes:** **a) Capital:** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de janeiro de 2011, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$ 100.000, com a emissão de 100.000 de novas ações ordinárias, sem valor nominal. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de fevereiro de 2011, foi aprovada a retificação do aumento do capital social da Companhia discutido em 05 de janeiro de 2011, de forma que o aumento passe a ser de R\$ 215.803, com a emissão de 215.803 novas ações ordinárias, sem valor nominal. Os empréstimos e juros a pagar ao controlador descritos na Nota Explicativa nº 9 foram convertidos em capital e integralizaram as ações emitidas em 07 de fevereiro de 2011. **b) Efeitos dos eventos subsequentes nas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia declara que o impacto financeiro do evento de 07 de fevereiro significa liquidação total das obrigações por empréstimos e aumento dos recursos próprios da Companhia.

**Contador**

Alessandro de Oliveira Leme - Contador CRC 1SP236426/O-6

**Diretoria**

Marcelo Henrique de Campos Silva - Diretor Presidente Flávio Luque Bastos - Diretor de Relações com Investidores

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MCM Cimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e valores adicionados para o período de 18 de fevereiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase sobre continuidade dos**

**negócios da Companhia:** A MCM Cimentos S.A. foi constituída em 18 de fevereiro de 2010 com o objetivo descrito na Nota Explicativa nº 1 e encontra-se em fase pré-operacional. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que depende do suporte financeiro de seus acionistas para reversão dos passivos a descoberto, liquidação de suas obrigações e para execução dos fatores também descritos na referida Nota Explicativa. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes associados com as incertezas inerentes a essa fase de suas operações.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Ricardo Anhesini Souza

Contador CRC 1SP152233/O-6